

ESBOÇO DE UMA TEORIA SOBRE AS ELITES POLÍTICAS NO BRASIL REPUBLICANO*

Tocary Assis BASTOS**

RESUMO: Dentro de uma visão historicista o Autor pretende esboçar uma teoria sobre o comportamento das elites de poder político no Brasil republicano.

UNITERMOS: Elite; elite tradicional; elite periférica; elite marginal.

Pretendo que três tipos de *modelos* teóricos, com as conseqüentes variações secundárias, são aptos para esclarecerem a evolução política do Brasil republicano e, desde já, quero salientar que no momento a minha reflexão refere-se apenas ao óbvio histórico, mas é a exploração aprofundada do óbvio histórico uma das formas de criação de novas proposições no plano das ciências sociais.

ELITE TRADICIONAL

Como primeiro tipo, encontramos a ELITE POLÍTICA DO TIPO TRADICIONAL, na plenitude do seu exercício de poder. Sistemas secundários de “decision making” surgem em grupos ou pessoas que diretamente participam do *sistema do poder*, porém em caráter de “delegação” do núcleo do poder central.

É este do tipo piramidal, com a área de decisões colocada exclusivamente no ápice da mesma.

Duas tendências de oposição política (com reconhecimento social) pode-se constatar:

- a) O grupo que aceitando o “status quo” luta por maior participação no poder;
- b) O grupo que se opõe ao “status quo”, mas sem conseguir definir exatamente as proposições da mudança.

Em algumas situações históricas, este grupo entretanto define as metas de mudança social, mas geralmente são contraditórias com o *impulso cultural* (Herskovitz) da sociedade política global, (“Representação e Justiça”; “Aliança da Burguesia Nacional com o Operariado” etc.).

As principais situações que definem o exercício do poder pela ELITE POLÍTICA TRADICIONAL, são as seguintes:
Política Interna — Existência de Poder Legislativo, como elemento de legitimidade jurídica das decisões governamentais — entretanto totalmente piramidais. Tal legitimidade é também amparada pelo Poder Militar, que definido em termos

* As proposições expostas representam um esboço de uma tentativa de se compreender esquematicamente o exercício do poder político no Brasil Republicano. As “hipóteses esquemas”, aqui representadas, deverão ser pesquisadas no plano histórico e refletidas no plano teórico. Pelo próprio caráter de “draft”, as citações bibliográficas são aqui omitidas. Estou plenamente ciente de que se, por um lado, posso parecer excessivamente interpretativo na esquematização do assunto sobretudo por se tratar de um esquema preliminar -, por outro, “agarrar-se somente aos fatos, sem nenhuma tentativa de interpretação, não é o método do historiador ou do sociólogo, mas sim de mero cronista”. (FRANZ BORKENAU, *World Communism*, 11).

** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP — Brasil.

funcionais como profissional, pode participar das “decision making”, por necessidade ou ampliação da legitimidade do exercício político do poder central.

Constata-se também a existência de grupos de ação política limitada (de reconhecimento social parcial) que se colocam ativamente contra o “status quo”. As formulações muitas vezes agressivas de tais grupos, são ilegítimas do ponto de vista da ordenação jurídica existente. São os “combatentes da verdade” (Znaniscki), recrutados e da grande audição na juventude universitária. (A “revolução da vacina” no Governo Rodrigues Alves e os movimentos estudantis contra a “lei Sulpicy”, no Governo Castelo Branco, são dois exemplos típicos). Ao longo do alinhamento histórico tais combatentes da verdade deslocaram-se da juventude universitária militar para a civil. Com a vitória da Revolução de 1930 que conduziu ao poder a ELITE PERIFÉRICA, terminou o papel da agitação política da Escola Militar e em 1937 a União Nacional do Estudante iniciava os seus primeiros passos de novo grupo de ação política com possibilidades de atuar no caminho de “combatentes da verdade”.

Assim, pois, a linha histórica de desenvolvimento da participação estudantil nos procedimentos nacionais (com suas características ideológicas e doutrinárias específicas), pode ser demarcada pelas seguintes instituições universitárias: Escola Superior de Guerra da Praia Vermelha, Escola Militar do Realengo e União Nacional dos Estudantes, sendo, evidentemente a última delas, uma organização associativa e não estritamente escolar.

No momento cabe apenas assinalar a importância da ação política do Clube Militar (em geral de agressiva oposição, ou de apoio omisso à Elite Tradicional) bem como da antiga Escola do Estado Maior e da atual Escola Superior de Guerra, tendo a primeira refletido militarmente situações políticas do Brasil e a segun-

da tentado a elaboração de uma filosofia de reflexão e ação políticas. É muito cedo, entretanto, para aferir a importância desta última instituição. *Política Externa* — Irrelevante do ponto de vista da redefinição dos sistemas de poder continentais. Problemas de fronteira geográfica, representam motivações da política externa, sempre resolvidos pacificamente, mas com possibilidades de capitalizar imagens de prestígio no plano interno por parte da Elite Tradicional.

Política Administrativa — Recrutamento dos quadros burocráticos dentro do esquema “cartorial” (Jaguaribe). Conseqüentemente, inexistência de um sistema burocrático de decisões, incrustrado próximo ao ápice da pirâmide do exercício do poder. O assessoramento restringe-se à área dos “regulamentos” e nunca das “decisões”.

Política Econômica — Manutenção da estrutura e relações de propriedade, enfatizando-se a “iniciativa privada” em oposição ao “intervencionismo estatal”. Os centros de decisões da política econômica e financeira, ou se situam, ou são controlados por organizações do Exterior, públicas ou privadas.

A política fiscal tem relevante papel na definição da política econômica.

Resumindo e sistematizando o funcionamento dos escalões (Aron) que compõem a Elite Tradicional, tem-se:

1) *Líderes Políticos* — Os Executivos não emergem dos partidos ou de quaisquer grupos de atuação política, mas sim de situações de dominação de classes, associada a um certo tipo de domínio político regional. Os líderes de oposição, mesmo quanto ao “status quo”, são caracterizados por maior ou menor suporte regional.

2) *Administradores Burocráticos* — Nenhum papel político relevante.

3) *Diretores Econômicos* — De grande importância nas decisões e desem-

penham o principal papel na equipe governamental. Exemplos característicos: Bernardino de Campos ou R. Alves no Governo Prudente de Moraes; Joaquim Murtinho no Governo Campos Sales e Roberto Campos no Governo Castelo Branco. Pode-se ainda salientar o exemplo de Washington Luiz que fez coincidir, na prática, os “stati” de Presidente da República e Diretor Econômico.

4) *Líder de Massa* — nenhuma possibilidade de influenciar nas “decision making”.

5) *Chefes Militares* — Funcionam como suportes principais das decisões do Executivo, com forte atuação enquanto representam o papel de apoio.

Com o quadriênio Prudente de Moraes, inaugura-se tal tipo de política que pode-se chamar com excesso de simplificação histórica, POLÍTICA DE MANIPULAÇÃO DE PODER, SEM MOBILIZAÇÃO DA MASSA.

Entretanto, tal simplismo pode ser compensado pela funcionalidade do modelo, desde que, se proponha uma adequada definição de “massa” conceito ainda hoje, bastante polemizante. Penso, que como uma primeira “hipótese de trabalho”, tal conceito deve ser levado em conta.

Com o Governo Prudente de Moraes, terminam os apelos populares, ou a mobilização do povo (ou massa) que caracterizaram o Governo Floriano Peixoto.

A burguesia agrária redefine o exercício do poder republicano, que até então estiver acidentalmente e agitada em mãos dos setores da Classe Média urbana, sob a liderança militar.

A *Oposição Regional* é representada por Júlio de Castilhos, que já havia assentado uma definição ideológica (e não somente jurídica) para o jogo de poderes no Estado do Rio Grande do Sul. Dentro

dessa oposição regional de Castilhos, cabe acrescentar a doutrina econômica de progressivo intervencionismo estatal, em oposição à ortodoxia oficial da livre iniciativa. Grupos parlamentares tentam influenciar as decisões do Poder Central, através do Partido Republicano Federal e da liderança de Francisco Glicério, mas tal tentativa não obtém sucesso. Com Campos Sales e a introdução da “Política dos Governadores” — meramente *cartorial* no plano da ascensão aos quadros políticos — a Elite Tradicional assentou a sua capacidade de liberdade de decisões.

Por enquanto, apenas menciono a necessidade de se investigar sociologicamente as novas características da *Política de Governadores* redefinida pelo Governo Castelo Branco.

Neste “draft” apenas faço a constatação, de que um dos elementos de dominação da Elite Tradicional é a organização de Executivos Regionais, como setores médios da pirâmide do poder. Não se trata de delegação de poder (como no “Estado Novo”) ou de paralelismo em planos diferentes, respeitando-se as peculiaridades da atuação política do poder regional. Trata-se de absorção e incrustação nos escalões médios superiores da pirâmide central do poder. Como tal, enviam solicitações para cima, antes de decidirem.

Entretanto, ao longo do desenvolvimento histórico da chamada República Velha o poder político do Rio Grande do Sul, foi-se organizando como um sistema de poder especificamente regional e fugindo dessa forma ao sistema centripeto da política de governadores. Não penso, que apenas a atuação de Pinheiro Machado deva ser levada em conta, mas sim toda a evolução de um sistema específico, que de Castilhos e Borges de Medeiros até Getúlio Vargas, procura se caracterizar como uma ELITE PERIFÉRICA.

Não é por mero jogo de palavras que Washington Luiz ao assumir a Presidência

cia da República, classificava o então Presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, como “varão do qual se pode divergir, mas a quem se há de sempre respeitar”.

Uma das características mais importantes do exercício do poder da Elite Tradicional é a aceitação de que os fatos econômicos e financeiros são interdependentes das situações internacionais, mesmo na área da procura de soluções domésticas. Os centros de decisões, tornam-se desta maneira, transoceânicos ou transcontinentais.

O caminho percorrido no tempo histórico, de Rothschild ao Fundo Monetário Internacional, pode ser cronologicamente longo, mas as decisões pouco mudaram e podem ser consideradas em sua pureza sociológica, como um dos *indicadores* da descrição da ELITE TRADICIONAL.

ELITE PERIFÉRICA (COM MANIPULAÇÃO DE PODER E MOBILIZAÇÃO DA MASSA)

A obtenção do poder é vinculada a um forte movimento de opinião pública que pode ser racional, de oposição ao “status quo”, ou emocional, ligada ao reconhecimento da exemolaridade do líder. Geralmente, ambos os elementos aparecem associados e, somente uma detalhada análise sociológica pode determinar e destacar os eventos racionais dos emocionais.

Este grupo de elite tem a sua primeira elaboração em termos regionais (ou de prestígio de liderança profissional), mas sempre representando setores periféricos do Poder Tradicional. Por outro lado, só se projeta no plano crítico ao “status quo”, quando inicia a escalada nacional.

Qualquer que seja o meio de adquirir o poder executivo (eleição, revolução ou coup d'état) a manipulação do poder está associada à mobilização da massa. (Mais

uma vez esclareço que o termo “massa” está sendo usado provisoriamente.)

Ao invés de se amparar nos líderes regionais vinculados ao “status quo” tradicional, promove o surgimento de novas lideranças, que vão atuar politicamente nas sociedades parciais e grupos profissionais.

Através do Parlamento e das Associações Patronais (ou Grupos Econômicos), os representantes da Elite Tradicional, tentam obstar ou desviar o desenvolvimento da ação política da Elite Periférica.

Em sua ocorrência histórica mais típica a elite periférica emerge dos partidos políticos regionais com conteúdo ideológico ou crítico ao “status quo”, variando, entretanto, tal conteúdo em intensidade, em função das proposições do líder.

Penso que as características básicas dos vários escalões que formam tal elite, são as seguintes:

1) *Líderes Políticos executivos* — Emergem de partidos políticos regionais (em oposição ao “status quo” do momento), ou de lideranças profissionais, que representam uma posição de vanguarda de grupos ou partidos políticos regionais.

2) *Administradores Burocráticos* — São elementos participantes das decisões do Executivo. A política burocrática é inovadora no sentido de um recrutamento racionalmente seletivo. Difusão social da “imagem” do mecanismo burocrático como meio de ascensão social e consequentemente o conceito de burocracia surge associado ao de democratização das oportunidades.

3) *Diretores Econômicos* — Tendência a serem recrutados entre os Administradores Burocráticos. A transferência de “status” não diminui a capacidade de participar das decisões centrais.

4) *Líder de Massa* — Interpreta a função da Elite Periférica como revolu-

cionária, e desse ponto de vista representa um papel de apoio às mensagens do Governo junto às massas. Quando no exercício de papéis de direção sindical, transforma-se em “Burocracia Sindical”.

5) *Chefes Militares* — Participam das decisões do Executivo e comumente representam o consenso político dos membros das associações militares. Tais associações (principalmente o Clube Militar) se projetam para o campo das interpretações políticas e tendem a constituir uma importante fonte de poder da liderança militar.

Usando o mesmo esquema anterior de desdobramento *ideal* das situações, creio ser possível a seguinte descrição:

Política Interna — O Poder Legislativo, quando ou enquanto existente, funciona em termos ideológicos, como grupo de cerceamento ou oposição à mudança social, que caracteriza o exercício do Poder Executivo. A possibilidade de mobilização popular associada ao suporte militar dá ao Executivo a oportunidade de bloquear essa oposição, ou pela intimidação ou pelo simples fechamento. Nenhuma dessas duas medidas excluem a medida correlata do *gesto dramático*, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública.

Ainda que haja necessidade de maior reflexão completada por pesquisas, penso que o papel da juventude foi e é importante no processo político de participação de valores e atitudes manipulados pela Elite Periférica. O “alferes aluno” de 1893, o “tenente” de 1930 e o dirigente estudantil das campanhas pela grande siderurgia e pelo monopólio estatal do petróleo, simbolizam uma linha de continuidade histórica do engajamento político da juventude, com aceitação social.

Política Externa — Tentativa ou formação de blocos vizinhos. Política econômica e comercial baseada no antagonismo das grandes potências. Neutralismo com fases de simpatia em função de vantagens econômicas. O “marco compensado do algo-

ção” ou o “dollar de Volta Redonda”, são dois, dentre muitos, que exemplificam a ambivalência de tal política.

Política Administrativa — Como já foi salientado a política administrativa procura manipular valores e o papel do administrador é fortemente valorizado na participação das decisões centrais.

Política Econômica — Manutenção do sistema de propriedade, mas modificações nos sistemas de relações de trabalho. Nacionalismo ortodoxo no que diz respeito a exploração de riquezas do subsolo. Intervenção estatal na área econômica, inclusive no plano empresarial, com o surgimento do Estado como empresário, em atividades industriais que julga básicas para o desenvolvimento do país.

Tanto o centro de decisões como os modelos econômicos são marcadamente nacionais e, nas situações econômicas julgadas cruciais, movimentos de opinião pública funcionam como apoio às decisões governamentais.

Explorar historicamente as situações que exemplificam o exercício de poder pela Elite Periférica, só pode ser feito no momento de maneira sucinta, porque o principal objetivo deste “draft” é o de estabelecer alguns modelos teóricos, para um posterior estudo analítico, que inclusive poderá modificar ou redefinir certas premissas aqui estabelecidas.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar o período governamental de Vargas, como exemplo típico do exercício do poder pela “Elite Periférica”.

Aliás desde os primeiros dias da República, este grupo de elite procurou manipular o poder — sobretudo através dos jovens líderes militares — mas havia uma impossibilidade histórica decorrente da correlação das classes sociais, na época.

Se a República foi feita principalmente pela ação da “Elite Periférica”, com o apoio de alguns líderes da “Elite Tradicional”, entretanto, as possibilida-

des de manipulação de poder pela mesma, eram mínimas, e após o Governo de Floriano ela foi obrigada a refluir para uma autêntica “periferia” política.

Evidentemente, que não pretendo classificar em sentido estrito o período republicano até a posse de Prudente de Moraes, como o período onde predominou exclusivamente a “Elite Periférica”, mas nele os seus primeiros elementos projetam-se no cenário histórico.

Se ela, “elite periférica”, surge agressiva com os militares de Benjamin Constant e Floriano Peixoto nos começos da República, procurando um novo quadro de valores doutrinários para definir a conjuntura brasileira, entretanto, somente se estrutura ao longo da “República Velha”, no sistema de poder regional do Rio Grande do Sul, na linha ideológica representada por Castilhos Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.

Penso, que apesar de secundário, o papel de Pinheiro Machado na tentativa permanente de deslocar do poder a “Elite Tradicional”, ou obter parte desse poder para a “Elite Periférica”, foi relevante do ponto de vista de projetar na sociedade global as reivindicações de poder de um grupo que se estruturava historicamente dentro dos padrões políticos especificamente diferenciados.

Entretanto, julgo necessário esclarecer que:

a) Se o grupo formador da “Elite Periférica”, emerge desde os primeiros dias da República, ainda que de maneira desestruturada e heterogênea somente com a ascensão de Vargas é que define com clareza a sua interpretação da problemática brasileira e o conceito do uso do poder em termos da intervenção nessa problemática.

b) Assim, como na República Velha, podem-se descrever certos elementos fundamentais da estrutura do poder, como típicos da “elite periférica”, (com Floria-

no e Hermes) também no Brasil contemporâneo o sistema de exercício do poder (não da obtenção do mesmo) com Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, principalmente com este último, é fortemente implicado aos paradigmas governamentais da mencionada elite.

c) Sociologicamente, um dos *indicadores* mais importantes para a caracterização da “Elite Periférica”, é o que chamei linhas atrás de “manipulação do poder com mobilização da massa (ou povo)” e deste ponto de vista tal processo é plenamente constatado nos governos de Vargas e J. Quadros. Quanto a Juscelino, ainda que realmente ele tenha tido apoio da massa, esse apoio foi mais resultado de uma atuação de *sedução*, do que de uma mobilização em termos de “feed-back” político.

São esses os sucintos esclarecimentos que julguei necessários, antes de trazer à discussão o terceiro e último modelo.

ELITE MARGINAL (COM MOBILIZAÇÃO DE MASSA MAS SEM MANIPULAÇÃO DE PODER)

Se o número de indicadores encontrados no desenvolvimento histórico do período republicano permite uma tentativa de classificação das elites em tradicional e periférica, essa generalização já não ocorre com o último tipo de elite política, que pretendo chamar de “Elite Marginal” e que descreve apenas o exercício do poder no Governo João Goulart.

Seria fácil e sedutor explorar sociologicamente a “Elite Marginal”, como o exercício inadequado do sistema do poder da “Elite Periférica”. Porém mesmo, que se admita algumas conexões históricas, tal exploração não iria além de situações coincidentes envolvendo pessoas em contextos mais emocionais que sociais.

Antes de passar à análise dos elementos componentes do exercício do poder

pela “Elite Marginal”, cabem as seguintes considerações gerais.

a) Enquanto a “Elite Tradicional” procura manter a dimensão histórica em que atua; a “Elite Periférica”, revoluciona essa dimensão; a “Elite Marginal”, manipulando as variáveis mais conflitivas do processo social, procura criar uma nova dimensão histórica.

b) A criação dessa dimensão conflitiva determina de um lado a mobilização da massa e de outro a perda de manipulação de poder. Conseqüentemente, a capacidade revolucionária da “Elite Marginal”, torna-se meramente acadêmica.

Não estou negando a existência de processos altamente conflitivos na sociedade brasileira, que não somente vêm progredindo ao longo do tempo histórico, como, inclusive começam a aflorar em nossa realidade em termos de desafio trágico. Diagnósticos e prognósticos referentes ao ritmo discrônico dos movimentos populacional e de desenvolvimento, já começam a fazer parte do bom senso sociológico.

Estou, apenas, salientando o fato da “Elite Marginal” enfatizar na ação todos os processos de conflito, sem uma correspondente programação ideológica de “policy” governamental e daí cair num radicalismo fortemente retórico.

c) Tal radicalismo, provoca o surgimento de grupos de ideologias particulares com a conseqüente disputa de liderança e enfraquecimento progressivo da capacidade de decisões do poder central.

d) O fenômeno da mobilização é acompanhado de uma correspondente polarização da massa com a ampliação da área de conflito. Note-se que:

1) A polarização em torno da “Elite Marginal” é internamente conflitiva por motivos de antagonismos doutrinários, enquanto que a polarização anti-“Elite Marginal”, tende a ser homogênea.

2) No processo de polarização os setores indiferentes, e que são amplos, são obri-

gados a se definirem e esta tomada de posição não beneficia os grupos da “Elite Periférica”.

Em conclusão: a uma mobilização da massa, corresponde uma polarização da mesma e o desencadeamento de um sistema de luta.

Não há dúvida, que tal paradigma de elite de poder, provoca em amplos setores da população a imagem da existência de um poder revolucionário, mas penso, que as possibilidades do exercício revolucionário, são anuladas pela incapacidade administrativa, oriunda esta, como já assinala, da falta de um consenso.

Devo, entretanto, salientar, que “elites periféricas” podem ser encontradas no exercício do poder político regional, enquanto a “Elite Marginal” está situada no exercício do poder central, da mesma forma que, a mesma “Elite Periférica” pode existir regionalmente no contexto de dominação da sociedade global pela “Elite Tradicional”.

Se para este último caso já foi citado o exemplo do Rio Grande do Sul e sua liderança política castilhistas, para o primeiro o exemplo mais significativo seria o sistema de poder “periférico” desenvolvido em Pernambuco pelo Sr. Miguel Arrais e em muitos aspectos, também, o exercício governamental do Sr. Magalhães Pinto, em Minas Gerais. Ainda nessa faixa de rápidas exemplificações, devo lembrar a existência de certos poderes regionais do tipo “tradicional”, que através do uso de uma demagogia do status quo, confundem e desviam as mais simples metas de reforma e mudança sociais. Qualificado, inadequadamente, como “populismo”, esse tipo de exercício de poder político regional, encontra o seu representante mais sociologicamente característico, no Sr. Ademar de Barros.

Não há dúvida de que uma “teoria da Elite, de poder, brasileira” só é possível com a análise da estrutura e fun-

ção das elites regionais, na medida em que as mesmas contribuem para a sincronia ou discronia política do sistema global. Entretanto, tal ambição iria muito além das possibilidades de um simples levantamento de problemas como pretende este “draft”.

Os comportamentos da “Elite Marginal”, nos setores de exercício de decisões, segundo o meu ponto de vista, são os seguintes:

Política Interna — O Parlamento é importante órgão político de obstaculização e oposição às decisões governamentais. A radicalização e polarização ideológica, também o invade e cria a insegurança legislativa no atendimento as solicitações do Executivo, que por sua vez não tem a possibilidade de exercer, ou um domínio coativo, (como a “Elite Periférica”), ou de recebimento de ilegitimidade de poder (como a “Elite Tradicional”). Este bloqueio em um dos setores do sistema de poder, determina ou facilita o exercício de *decisões consulares* — no sentido historicamente romano da palavra — possivelmente, um novo tipo de *decisão-massa*, que caracterizaria processos revolucionários ou tido como tais, em sociedades subdesenvolvidas.

Os partidos políticos cedem totalmente o campo das disputas ideológicas aos vários grupos profissionais e sindicais. Penso aliás, que apenas no exercício da “Elite Tradicional”, os partidos políticos possuem alguma funcionalidade sociológica, principalmente como suportes do poder central.

Entretanto, no exercício da “Elite Marginal”, mesmo o formalismo jurídico que definiria a organização partidária é abandonado e os apelos ligados às posições ou decisões políticas são feitos diretamente aos vetores grupais do sistema de luta, conservadores ou radicais, mas ambos extremistas.

Política Externa — Política agressiva de redefinição do sistema do poder continen-

tal e tentativa de obtenção de prestígio no sistema internacional pelo engajamento em uma terceira posição. Entretanto, esse engajamento não implica na capacidade de “negociar”, como se encontra na “Elite Periférica”, ainda que implique na capacidade de capitalizar prestígio interno, como se observa (em outro plano) na “Elite Tradicional”.

Política Administrativa — O mesmo sistema *cartorial* da “Elite Tradicional”, modificado, porém por *premiações* ideológicas. A organização prebendária, entretanto, não apresentando uniformidade consensual, é internamente conflitiva e daí a existência de bloqueios e distorções nas comunicações burocráticas.

Política Econômica — Como na “Elite Periférica”, o centro de decisões é nacional, porém sem planejamento e sem racionalização das definições econômicas. A mobilização da massa e polarização ideológica, que evidentemente atuam como causa precipitante, associada a mencionada indefinição, invalidam a autenticidade das equações de reforma social, que tornam-se desta maneira, motivos de retórica social. Note-se inclusive, que propostas de planejamento são violentamente vetadas pelas lideranças antagônicas, que atuam no contexto de luta política.

Em síntese: incapacidade de exercício de poder político no plano das medidas econômicas.

Não vejo necessidade de descrever as possíveis funções dos escalões de poder, tais como o “Diretor Econômico”, o “Administrador Burocrático”, etc., todos eles fortemente engajados no sistema de mobilização de massa sem manipulação de poder.

A sucinta exposição acima feita, permite facilmente deduzir o aumento do rol de papéis do líder sindical, bem como a diminuição e por vezes até mesmo a anulação dos outros elementos do sistema de poder.

BASTOS, T.A. — The draft about some theories of political elites in the Republican Brazil. *Perspectivas*, São Paulo, 4:93-101, 1981.

ABSTRACT: Inside a historical stand point the author intends to present a draft about the political behaviour of the elites in the republican Brazil. He shows three types of elites: "traditional", "peripheral" and "marginal".

KEY-WORDS: Elite; traditional elite; peripheral elite; marginal elite.
